

## **AS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI COM A ASCENSÃO DE FERNANDO LUGO**

Brazil-Paraguay relations with the rise of Fernando Lugo

*André Luiz Reis da Silva<sup>1</sup>  
Kamila Dalbem Rodrigues<sup>2</sup>*

Com a ascensão do ex-bispo católico Fernando Lugo, do Partido Alianza Patriótica para el Cambio, à presidência paraguaia, em agosto de 2008, inaugurou-se uma nova etapa nas relações Paraguai-Brasil. Os temas prioritários na agenda entre os dois países referem-se às questões da energia elétrica (Itaipu), dos *brasiguaios* e do tráfico transfronteiriço.

Desde 1947, o Partido Colorado detinha a hegemonia no Paraguai. O país desenvolveu uma dependência bastante forte com o Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980. Neste contexto, insere-se a construção da hidrelétrica de Itaipu, a partir do Tratado de abril de 1973. Contudo, as relações entre os sócios da usina apresentam grandes assimetrias. O Paraguai utiliza apenas 5% da energia gerada em Itaipu - cada país pode dispor de 50%-, transferindo os outros 45% de sua parte ao Brasil por um preço de US\$ 45,31 por megawatt/hora. Entretanto, o Paraguai recebe efetivamente US\$ 2,81 por megawatt/hora. A diferença de US\$ 42,50 é retida pelo governo brasileiro como abatimento da dívida paraguaia realizada para a construção da usina (cerca de US\$ 18 bilhões). A hidrelétrica é responsável por 95% da energia consumida no território paraguaio. Contudo, os benefícios gerados por Itaipu ao Paraguai concentraram-se em um grupo político-econômico próximo ao governo colorado. A administração paraguaia, dessa forma, não formulou um plano de aproveitamento da energia produzida em prol da industrialização e do

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do NERINT, com apoio do CNPq e FAPERGS. [reisdasilva@hotmail.com](mailto:reisdasilva@hotmail.com)

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Graduação em Relações Internacionais (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica UFRGS/FAPERGS. [kadalbem@terra.com.br](mailto:kadalbem@terra.com.br)

desenvolvimento, bem como não ocorreu um processo de integração energética na região. Mesmo dispondo de um amplo aporte de energia, é comum no Paraguai a ocorrência de “apagões” em virtude da ineficiente e obsoleta rede de transmissão. Amparado nestes fatos, o governo Lugo propôs a revisão das cláusulas do Tratado de Itaipu, com vistas a modificar o valor pago pelo Brasil em relação à energia paraguaia. Lula, no entanto, recusou-se a revisar o Tratado, mas não descartou a possibilidade de negociações a fim de rever o valor da energia comprada. Neste contexto, é importante salientar que a relação energética com o Paraguai é bastante importante para o Brasil, uma vez que a energia excedente paraguaia abastece cerca de 20% do território brasileiro. Ademais, a receita auferida com a dívida paraguaia no que se refere à Itaipu representa 1/2 do superávit primário nas contas do Tesouro Nacional.

Outras reivindicações da administração Lugo eram ter liberdade para vender a energia a outros países, uma vez que pelo Tratado de Itaipu (1973) ela somente pode ser comprada pelo Brasil, bem como reduzir a dívida que lhe coube na construção da hidrelétrica. Diante destes impasses, em 25 de julho de 2009, os dois países firmaram um acordo, segundo o qual os pagamentos anuais brasileiros feitos ao Paraguai a título de cessão de energia passariam de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões. O acordo também prevê que, futuramente, se realizem negociações a fim de que o governo paraguaio venda energia ao Brasil sem a mediação da estatal Eletrobrás, além de poder ofertar a energia a outros países. Estas medidas, entretanto, se aprovadas, apenas entrarão em vigor a partir de 2023, quando vencer o Tratado de 1973. Além disso, por meio do acordo, Lula assumiu o compromisso de financiar projetos de infraestrutura no Paraguai.

Para tratar da questão dos brasiguaios, é preciso também realizar uma breve revisão histórica. Depois de anulada a lei que impedia a aquisição de terras por estrangeiros na faixa de fronteira, em 1967, pelo Presidente Stroessner, ocorreu uma grande onda migratória de brasileiros para o Paraguai. Aliado a este fator, pode-se citar a grande fertilidade do solo paraguaio e os baixos preços das propriedades do país como impulsionadores da migração. Além disso, no que tange ao Brasil, a entrada do grande capital no campo e o incentivo à agroindústria em detrimento do modo de

produção familiar impulsionou também a tendência migratória. Outro fator estimulante foi a construção da usina de Itaipu, visto que muitos agricultores paranaenses foram desalojados. Os emigrantes concentraram-se, em sua maioria, nas regiões de Canindeyú e Alto Paraná, no Sudeste do Paraguai e foram alcunhados de brasiguaios. Eles são, atualmente, responsáveis pela produção de cerca de 60% da soja paraguaia, o que corresponde a 30% do PIB nacional do país (ZAGO, 2008, p. 8). No entanto, os brasiguaios sofrem muitas pressões dos camponeses paraguaios. Outra questão refere-se à ilegalidade de muitos desses imigrantes, que alcança cerca de 385 mil dos 500 mil presentes no país. Desse modo, parte considerável das fazendas ocupadas possui status ilegal. Este aspecto choca-se com as propostas de reforma agrária do governo Lugo, uma vez que há o temor quanto à desapropriação destas terras. O Presidente procura, contudo, tranquilizar os brasiguaios quanto à sua situação no país ao afirmar que garantirá a segurança de todos os trabalhadores agrícolas. É importante notar também que muitos brasiguaios, nos últimos anos, têm voltado ao Brasil, visto que as terras disponíveis para os contratos de arrendamento diminuíram consideravelmente.

No que se refere ao comércio de caráter ilícito de reexportação entre o Paraguai e o Brasil, em que um produto vindo da Ásia, por exemplo, passa pelo Paraguai, sendo enviado ao mercado brasileiro, pode-se dizer que foi responsável por estimular o aumento da rede de tráfico de drogas e de armas, juntamente com a lavagem de dinheiro, existente entre os dois países. O narcotráfico movimenta cerca de US\$ 50 milhões por ano somente na fronteira entre estes territórios.

As tensões em torno do tráfico transfronteiriço se avolumaram no governo Lugo, principalmente após a tentativa de assassinato do senador paraguaio Robert Acevedo, em 26 de abril do ano corrente. A fronteira do departamento de Amambay, cujo ex-governador era Acevedo, é uma região de intenso narcotráfico, na qual também atuam quadrilhas brasileiras. A cidade mais violenta do departamento é Pedro Juan Caballero, em que houve o atentado ao senador. Esta capital encontra-se separada apenas por uma avenida da cidade brasileira de Ponta Porã, que se caracteriza como a porta de entrada do tráfico de cocaína e maconha e de armas para os grandes mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Juan Caballero vive uma situação calamitosa em que os traficantes

compram juízes e policiais, além de elegerem candidatos. Em virtude do agravamento da violência na região, a agenda do encontro de 3 de maio entre Lula da Silva e Fernando Lugo centrou-se no tema da segurança transfronteiriça. Neste contexto acordou-se a construção de 11 bases de Polícia Federal em pontos críticos da fronteira brasileira. O Brasil, dessa forma, deverá gastar até o final do ano 60 milhões. Cada uma terá um efetivo de 46 militares, oriundos da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. O objetivo é realizar ações integradas com as forças policiais do país vizinho no combate à criminalidade de fronteira.

Outro fator que vem aumentando a violência no Paraguai é a atuação do Exército do Povo Paraguaio (EPP). Ele é acusado pelos sequestros e pelos assassinatos na zona limítrofe com a Bolívia e com o Brasil. O grupo teria apoio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e contaria com cerca de 100 membros. Uma questão importante em torno deste assunto no início de 2010 referiu-se à possibilidade de atuação do Exército no combate ao grupo. Desde o começo do ano, os militares já apoiavam o trabalho da polícia na região, mas não eram autorizados para agir diretamente. No dia 24 de abril, o Senado do Paraguai aprovou medida de exceção, a pedido de Fernando Lugo, permitindo a intervenção do Exército nos Departamentos de Concepción, na fronteira com o Brasil, San Pedro, Amambay, Presidente Hayes e Alto Paraguai. Entretanto, o Congresso aprovou o estado de exceção apenas por 30 dias, a metade do tempo pedido pelo Presidente. Este decreto lhe permitiu convocar o uso da Força Pública, das Forças Armadas e da Polícia Nacional no norte do país. Neste contexto, porém, é importante salientar que o estado de exceção, muito mais que combater 100 guerrilheiros, teve como objetivo recuperar a liderança de Fernando Lugo, um governante bastante fustigado pelas forças conservadoras do país. Com o fim do estado de exceção e sem conseguir capturar o EPP, a polícia paraguaia continua na tarefa de combatê-lo. Neste cenário, salienta-se a morte de Severiano Martínez, um dos líderes do grupo, no último 28 de julho. O integrante morreu em um tiroteio com policiais paraguaios, que o perseguiram há oito dias. Nesta atual conjuntura, sugere-se que, nos próximos meses, o Brasil deve estar atento para o risco da securitização de

uma região muito próxima à fronteira e que inclusive envolve brasileiros residentes no Paraguai, bem como a possibilidade de guerrilheiros paraguaios se esconderem em solo brasileiro.

Nesse contexto, o esgotamento do modelo político colorado propiciou à ascensão de Fernando Lugo à presidência paraguaia. O governante propôs estabelecer relações mais justas e equitativas em relação ao Brasil, procurando resolver os problemas citados. Contudo, a eficácia das propostas de Lugo é muitas vezes posta em dúvida, uma vez que o líder conta com uma minoria parlamentar, na medida em que os colorados mantiveram a maioria no Parlamento. A tendência, entretanto, é que o governante continue lutando pela concretização de suas metas e que a cooperação bilateral com o Brasil aumente, visto a presença da interdependência, mesmo que assimétrica, entre os dois países.

## **REFERÊNCIAS**

- CORDEIRO, Enio. O Tratado de Itaipu e os Acordos Alcançados com o Paraguai. *Interesse Nacional*. São Paulo, ano 2, n. 7, p. 36-46, out/dez. 2009.
- DESANTIS, Daniela. Líder rebelde procurado por sequestros é morto no Paraguai. *O Globo*. 28 jul. 2010.
- MASI, Fernando. Paraguai-Brasil: A Necessidade de uma Nova Agenda. *Interesse Nacional*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 56-61, out/dez. 2008.
- NETO, José Ribeiro Machado. A questão paraguaia: de novos paradigmas externos a uma diplomacia de resultados para vizinhos turbulentos. *Boletim Meridiano* 47. Brasília, n. 94, p. 2-5, maio. 2008.
- PEIXOTO, Fabrícia. Lugo e Lula chegam a acordo sobre Itaipu. *BBC Brasil*. 25 jul.2009.
- ZAGO, Evandro Farid. Revisões nas políticas interna e externa do Paraguai face ao fim do jugo colorado sobre o país. *Boletim Meridiano* 47. Brasília, n. 94, p. 6-9, maio. 2008.

## **RESUMO**

O artigo pretende mostrar o nível das relações Paraguai-Brasil depois da ascensão de Fernando Lugo à presidência paraguaia. Destacam-se as questões da energia elétrica (Itaipu), dos brasiguaios e do tráfico transfronteiriço. Mesmo diante das assimetrias entre os dois países, verifica-se que ambos os governos se empenham no aprofundamento da cooperação.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Itaipu; Brasiguaios; Tráfico transfronteiriço.

## **ABSTRACT**

The paper wants to show the level of relations Paraguay-Brazil after the rise of Fernando Lugo to the paraguayan presidency. Emphasis is given to electrical energy (Itaipu), to brasiguaios and to cross-border trafficking. The commitment of these governments to deepening cooperation exist although the asymmetries between the countries.

## **KEYWORDS**

Itaipu; Brasiguaios; Cross-border trafficking.